

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do
TOCANTINS



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Tocantins, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE WANDERLEI BARBOSA

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discursos e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TOCANTINS

Traz contribuições para a agenda educacional do Tocantins, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE WANDERLEI BARBOSA

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Wanderlei Barbosa, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** Erradicação do analfabetismo;
- B.** Valorização do magistério;
- C.** Expansão de escolas de tempo integral;
- D.** Modernização da infraestrutura tecnológica nas escolas;
- E.** Ações de inclusão para pessoas com deficiência.

2.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Tocantins:

- A.** Ações voltadas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia, incluindo recomposição das aprendizagens, combate à evasão escolar, ações voltadas para a saúde mental de estudantes e profissionais da Educação e melhoria da alimentação escolar;
- B.** Regime de colaboração com municípios para oferta de apoio técnico e financeiro às redes municipais, com objetivo de melhorar os resultados educacionais em todas as etapas da Educação Básica;
- C.** Modernização da gestão da secretaria de Educação e fortalecimento das 13 Diretorias Regionais.

- D.** Política de financiamento com caráter distributivo e indutor de qualidade;
- E.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo estruturação de processo de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares;
- F.** Investimento em políticas pedagógicas coerentes, incluindo materiais didáticos, formação de professores e avaliações alinhadas ao currículo da rede;
- G.** Políticas para primeira infância em regime de colaboração com os municípios, com ações integradas entre Educação, Saúde e Assistência Social;
- H.** Acompanhamento e apoio às escolas para implementação do Novo Ensino Médio;
- I.** Ações para contribuir para uma Educação antirracista.

Além disso, um tema mencionado pela campanha causa preocupação:

- A.** O plano menciona a expansão de escolas cívico-militares. O Todos Pela Educação não considera que essa seja uma estratégia prioritária para a melhoria da qualidade da Educação.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TOCANTINS

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. Em 2020, o estado iniciou a implementação do **programa Evasão Escolar: Nota Zero**, desenvolvido de maneira intersetorial entre secretaria de Educação, Conselho Tutelar e Ministério Público. É fundamental avaliar as ações do programa, de modo a aprimorá-lo e fortalecer essa estratégia, em diálogo constante com as Diretorias Regionais e as escolas.
2. Em 2022, o Tocantins implementou o **Programa de Recomposição das Aprendizagens – Recomeçar**, a partir de ações de reorganização curricular, avaliações diagnósticas e planejamento pedagógico junto às Diretorias Regionais de Educação e redes municipais. Além disso, também foi adotado reforço escolar para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com estratégia de enturmação dos estudantes por níveis de aprendizagem. Considerando as grandes perdas que os estudantes tiveram no período de isolamento, é essencial que o estado continue investindo e ampliando as ações de recomposição das aprendizagens.
3. Desde 2020, o estado conta com o Programa Olhar Atento, para **apoio à saúde mental de professores e alunos**, incluindo atendimento psicológico no formato remoto, viabilizado pela parceria da Seduc com a Universidade Federal do Tocantins. É essencial que esta ação seja fortalecida, garantindo investimento em ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação. Para além disso, é importante haver uma atuação intersetorial com outros serviços, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.
4. É fundamental que a Seduc siga ampliando e qualificando os investimentos na **alimentação escolar** dos estudantes.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. No Tocantins, as redes municipais são as responsáveis pela totalidade das matrículas na Educação Infantil, 92% das matrículas nos Anos Iniciais e 29% nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Assim, é importante que o estado avance no caminho de **finalização do processo de municipalização dos Anos Iniciais** e, principalmente, **coordene a política educacional no território**, em diálogo e pactuação constante com os municípios, de modo a garantir alinhamento das políticas educacionais e melhoria da qualidade em todo o estado.
2. Atualmente, a colaboração entre estados e municípios no Tocantins ainda não está devidamente estabelecida, ocorrendo em apenas algumas áreas como transporte escolar (repasso de recursos para os municípios) e nas recentes ações de recomposição de aprendizagens frente à pandemia. É fundamental que o Tocantins **estabeleça programas estruturados em regime de colaboração com os municípios, especialmente na primeira infância e nos Anos Iniciais com foco na alfabetização**. Os programas cearenses Mais Infância e Pacto pela Aprendizagem na Idade Certa podem ser referências para a criação de políticas centrais para o avanço da Educação no estado.

2) Gestão dos sistemas educacionais - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da secretaria de Educação (Seduc).
2. **Promover uma gestão estratégica na Seduc**, garantindo um planejamento estratégico adequado, metas claras e um monitoramento contínuo.
3. **Aprimorar a capacidade administrativa da Seduc, criando processos e sistemas mais ágeis e eficientes**. O novo Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), implementado em 2020, é um avanço que precisa ser aprimorado e fortalecido.

4. **Fortalecer as 13 Diretorias Regionais de Educação**, garantindo que atuem de forma cada vez mais próxima no suporte às escolas e redes municipais.

5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. Recentemente, foi instituído o **ICMS-Educação** no Tocantins, via Medida Provisória nº23/2022. É fundamental que essa medida seja convertida em lei ordinária pelo Legislativo e que sua implementação seja iniciada o quanto antes (na atual MP, o ICMS-Educação passa a valer só em 2025).

2. Outra medida importante seria instituir um **mecanismo de autonomia financeira e descentralização de recursos para as escolas**, principalmente para gastos recorrentes, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar. Além disso, essas transferências devem levar em conta critérios de equidade, **destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis**.

4) **Professores** - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem-preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso em Tocantins foi realizado no ano de 2009) ou por processo seletivo simplificado. Também se ressalta a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. demonstração de aula). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. O Tocantins paga aos professores com curso Normal o Piso Nacional do Magistério (R\$3.845,63) e, para aqueles com curso de Licenciatura, o salário é um pouco maior, R\$3.999,60 (40h). É fundamental oferecer **salários competitivos aos professores, além aprimorar e atualizar o plano de carreira** atual (Lei nº 2.859, de 2014), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.
3. **Garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas**, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.
4. No Tocantins, a **formação continuada de professores** é realizada pelas Diretorias Regionais de Educação, a partir da designação de formadores por parte da Seduc. É importante avaliar as ações de formação continuada, em diálogo com os docentes, de modo a aprimorá-las e ampliar seu alcance. Além disso, é central que as ações sejam alinhadas às políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.
5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a secretaria de Educação poderia estruturar um **programa de estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. Em 2017, o estado do Tocantins instituiu o modelo de processo seletivo para escolha dos gestores escolares da rede estadual, composto por avaliação de competência técnica, apresentação de plano de gestão escolar, apresentação de títulos e entrevista. Apesar disso, atualmente, mais de 79% dos diretores das escolas da rede estadual chegaram ao cargo via indicação ou escolha da gestão e apenas 10,6% por processo seletivo e escolha da gestão. É **fundamental garantir que os gestores escolares sejam selecionados a partir de competências técnicas necessárias para o exercício da função**, bem como avaliar o atual processo seletivo a fim de aprimorá-lo.
2. A ampliação e fortalecimento de **programas de apoio e de formação em serviço** deve ser vista como uma estratégia central para desenvolvimento profissional dos gestores escolares e para a

melhoria dos resultados educacionais.

3. As equipes de gestão escolar do Tocantins necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das Diretorias Regionais e os repasses de recursos financeiros direto para escolas. Ainda, é importante que seja constantemente reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de ferramentas de gestão (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as **devidas condições para que os currículos da rede sejam implementados** em sala de aula, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada aos professores específica para o trabalho com os currículos.
2. O estado conta com o **Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins (SAETO)**, aplicada de modo censitário aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e da 3ª série do Ensino Médio. É importante que as avaliações que compõem o SAETO sejam aplicadas também no 2º ano do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização. Além disso, é fundamental garantir que tais avaliações **sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão**, para que os professores possam fazer intervenções com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. O Tocantins ainda não possui um programa estruturado em regime de colaboração com os municípios nessa temática. Algumas ações importantes são:

1. O Tocantins instituiu, em dezembro de 2020, um **Comitê Estadual Intersetorial de Políticas Públicas para a primeira infância**, cuja principal função é elaborar a **Política Estadual para**

Primeira Infância. É fundamental fortalecer a atuação do Comitê, de modo a garantir a instituição de uma política estadual, desenvolvida a partir do regime de colaboração com os municípios e contando com abordagem e coordenação intersetorial, de modo a articular diversas políticas do poder público (sobretudo as ações da Educação, da Saúde e da Assistência Social).

2. Na Educação, é fundamental que a Política Estadual para a primeira infância contemple uma **política de apoio à Educação Infantil**, buscando apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade das Creches e Pré-escolas. As taxas de acesso na Educação Infantil do Tocantins são menores do que a média nacional. Entre crianças de 0 a 3 anos, apenas 30,3% estão na Creche, e de 4 a 5 anos, 93,9% estão frequentando a Pré-escola (no Brasil, essas taxas são de 37,9% e 94,2%, respectivamente).

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Atualmente, o Tocantins não possui **programa de alfabetização em regime de colaboração com os municípios**, o que é altamente recomendado para viabilizar a erradicação do analfabetismo, proposta no plano de governo. É fundamental que o governo do estado invista na formulação e implementação de política de alfabetização em regime de colaboração com as redes municipais, inspirando-se em políticas exitosas de outros estados, como é o caso do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), no Ceará. Essa política consiste em oferecer apoio aos municípios, além de mecanismos de incentivos, tais como premiações para escolas e implementação do ICMS-Educação.

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A rede estadual do Tocantins é responsável por 71% das matrículas de Anos Finais da rede pública do estado. Isso torna necessário garantir coerência entre as redes para a oferta, com cooperação e pactuação com os municípios. Dadas as propostas do plano de governo, é relevante considerar que:

1. Implementar **ações e medidas que tornem a escola mais engajadora** nos Anos Finais do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de

tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).

2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante **priorizar a expansão das escolas em tempo integral**. Atualmente, 14,6% das matrículas nessa etapa na rede pública do Tocantins são em tempo integral, índice superior à média do país, que é de 10,4%. Entende-se que a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do Tocantins.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. Tocantins homologou o novo currículo do Ensino Médio apenas em julho de 2022. Por isso, a implementação da mudança curricular, que já havia iniciado em algumas escolas de forma piloto, começou de maneira obrigatória para toda a rede apenas a partir do segundo semestre deste ano. Nesse contexto, é fundamental que o governo do estado **acompanhe e monitore a implementação do novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos, sobretudo frente às recentes definições do Enem). Além disso, é importante **apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular. Por fim, é central manter um **diálogo constante com a comunidade escolar** para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. No Tocantins, 11% das matrículas são na modalidade **Educação Profissional e Tecnológica** (abaixo da média nacional, de 19,1%). É essencial **expandir a oferta** dessa modalidade de maneira integrada ao Novo Ensino Médio.

3. No Tocantins, 13,5% das matrículas do Ensino Médio são em **escolas de tempo integral**, abaixo da média nacional (15,5%). Sendo assim, é importante continuar priorizando a **expansão desse modelo**, uma vez que tal medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

4. **É fundamental desenvolver programas de apoio à permanência dos jovens na escola**, como a oferta de bolsa-auxílio ao longo da etapa com foco naqueles em situação de maior vulnerabilidade.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. É fundamental que o governo estabeleça uma **estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.

2. Oferta de **ampla formação continuada**, voltada tanto para os docentes de atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da educação.

3. Possibilitar que programas de **repasse descentralizado de recursos** prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc. Em 2021, o governo estadual repassou recursos para as escolas especificamente para essas finalidades, como forma de fortalecer o atendimento educacional especializado. Além de fortalecer esse tipo de ação, é importante considerar as redes municipais para novos repasses, em regime de colaboração.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br